

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do semestre findo em 30 de junho de 2016, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre a DTVM apresentou um lucro de R\$ 46.004 mil, correspondente a R\$ 920,09 por ação, sendo que no segundo semestre de 2015 apresentou lucro de R\$ 45.659 mil. Em 30 de junho de 2016, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 7.336,04 com aumento de 14,34% em relação ao semestre anterior. São Paulo, 19 de agosto de 2016 **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)

	2016	2015		2016	2015
Ativo			Passivo		
Circulante	801.235	665.691	Circulante	440.348	396.186
Disponibilidades (Nota 4)	202	367	Outras obrigações (Notas 6 e 7)	440.348	396.186
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	797.061	661.514	Fiscais e previdenciárias	32.056	23.677
Aplicações em depósitos interfinanceiros	797.061	661.514	Negociação e intermediação de valores	404.226	368.961
Outros créditos (Nota 6)	3.888	3.570	Diversas	4.066	3.548
Rendas a receber	3.323	3.080			
Diversos	565	670	Exigível a longo prazo	22.438	21.156
Outros valores e bens	84	60	Outras obrigações (Nota 6)	22.438	21.156
Despesas antecipadas	84	60	Fiscais e previdenciárias	21.950	20.493
Realizável a longo prazo	27.703	26.099	Diversas	488	663
Outros créditos (Nota 6)	27.703	26.099			
Diversos	27.703	26.099	Patrimônio líquido (Nota 10)	366.802	275.139
Permanente	650	691	Capital social	274.104	194.104
Investimentos	1	1	De domiciliados no país	274.104	194.104
Outros investimentos	1	1	Reservas de capital	2.584	2.584
Imobilizado de uso	649	690	Reservas de lucros	44.110	35.837
Outras imobilizações de uso	841	791	Lucros acumulados	46.004	42.614
Depreciações acumuladas	(192)	(101)			
Total do ativo	829.588	692.481	Total do passivo e patrimônio líquido	829.588	692.481

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Subvenção para investimento	Legal	Estatutária	acumulados		
Em 31 de dezembro de 2014	134.104	2.584	11.252	84.585	-	-	232.525
Aumento de capital (Nota 10)	60.000	-	-	(60.000)	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	42.614	-	42.614
Em 30 de junho de 2015	194.104	2.584	11.252	24.585	42.614	-	275.139
Em 31 de dezembro de 2015	194.104	2.584	15.666	108.444	-	-	320.798
Aumento de capital (Nota 10)	80.000	-	-	(80.000)	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	46.004	-	46.004
Em 30 de junho de 2016	274.104	2.584	15.666	28.444	46.004	-	366.802

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Distribuidora foram aprovadas pela Administração em 19 de agosto de 2016. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **3. Principais práticas contábeis:** **a) Apuração do resultado:** É apurado pelo regime de competência. **b) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **c) Permanente:** Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens, em até 20%. **d) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **e) Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Não há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **f) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme art. 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015, frente à alíquota de 15% utilizada em junho de 2015. O ativo diferido refere-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2016: a. o crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e b. o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 01 de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015. **g) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem, quando aplicável, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **h) Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Distribuidora registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao patrimônio líquido, conforme CPC 10 – Pagamento baseado em ações, aprovado pelo BACEN. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao patrimônio líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da reserva de capital da Instituição. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 202 (2015 – R\$ 367). **5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações com empresas do grupo no valor de R\$ 797.061 (2015 – R\$ 661.514) com vencimento entre julho de 2016 e janeiro de 2017 (2015 – julho de 2015 a janeiro de 2016). **6. Outros créditos e outras obrigações:** "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 25.790 (2015 - R\$ 24.259) (Nota 8 (a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 2.199 (2015 – R\$ 2.276) (Nota 9). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", refere-se, principalmente à provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 31.263 (2015 - R\$ 22.775) e provisões para obrigações legais relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 21.950 (2015 - R\$ 20.493) (Nota 8 (b)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicáveis, estão classificadas em "Outros

créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" referem-se, principalmente, à provisão para pagamentos a efetuar no valor de R\$ 3.812 (2015 – R\$ 4.127). **7. Negociação e intermediação de valores:** "Negociação e intermediação de valores" referem-se, no passivo, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 404.226 (2015 – R\$ 368.961), em decorrência do serviço de custódia prestado pela Instituição. **8. Passivos contingentes e obrigações legais:** A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98; (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (iii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/2009, a Distribuidora revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 40% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia a R\$ 48.365, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de julho de 2014, em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para PIS e COFINS devido por instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.685, a Instituição revisou seus processos de PIS e COFINS e incluiu os casos remanescentes de PIS e COFINS 9.718 (alargamento da base) no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2016	2015	2016	2015
Fiscais e previdenciárias	25.790	24.259	21.950	20.493
Total	25.790	24.259	21.950	20.493

	Fiscais e previdenciárias		Obrigações legais - 2016		Total - 2015	
	Saldo inicial	2016	2015	2016	2015	2015
Despesas financeiras - juros	21.237	-	-	713	737	21.584
Reversões	-	-	-	-	(1.828)	-
Saldo final	21.237	21.950	21.950	20.493	20.493	20.493

9. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2016	2015
Contingências fiscais	762	721
Provisão de honorários advocatícios	679	627
Provisão para participações nos lucros	254	344
Unidades de Ações Restritas - RSU	187	173
Ajuste - despesas pré-operacionais	310	403
Outros	7	8
Total de créditos tributários - ativo	2.199	2.276

No semestre foi constituído crédito tributário de R\$ 21 (2015 - R\$ 19), tendo sido realizado R\$ 436 (2015 - R\$ 1.094) sobre diferenças temporárias. A provisão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 2.199 é estimada em 13% no 1º ano, 6% do 2º ao 4º ano, 5% no 5º ano, 8% do 6º ao 7º ano, 15% do 8º ao 9º ano e 18% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 958 (2015 - R\$ 1.220). A Distribuidora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 30 de junho de 2016 e 2015. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2016	2015
Resultado antes do IRPJ e CSLL	83.663	71.062
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(37.648)	(28.425)
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(60)	(35)
Efeito CSLL 5%	38	-
Outros	12	12
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(10)	(23)
Total da Despesa de IRPJ e CSLL no semestre	(37.658)	(28.448)

10. Patrimônio líquido: O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto assegura um dividendo mínimo anual de 3% do capital realizado ou de 6,25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, dos dois o que resultar em menor montante, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 60.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros – Estatutária no valor de R\$ 60.000, sem a emissão de novas ações. Este aumento foi aprovado pelo BACEN em 25 de junho de 2015. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 80.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros – Estatutária, sem a emissão de novas ações. Este aumento foi aprovado pelo BACEN em 22 de junho de 2016. A Reserva de Lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de Lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016	2015
Receitas de intermediação financeira	78.833	64.258
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	78.833	64.258
Resultado bruto da intermediação financeira	78.833	64.258
Outras receitas operacionais	4.830	6.804
Receitas de prestação de serviços (Nota 13 (a))	20.112	17.639
Despesas de pessoal	(4.437)	(5.861)
Despesas administrativas (Nota 13 (b))	(5.561)	(3.033)
Despesas tributárias	(4.764)	(3.928)
Outras receitas operacionais (Nota 13 (c))	1.275	2.775
Outras despesas operacionais (Nota 13 (d))	(1.795)	(788)
Resultado operacional	83.663	71.062
Resultado antes da tributação sobre o lucro	83.663	71.062
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	(37.658)	(28.448)
Provisão para imposto de renda	(20.685)	(17.104)
Provisão para contribuição social	(16.558)	(10.269)
Ativo fiscal diferido	(415)	(1.075)
Lucro líquido do semestre	46.004	42.614
Quantidade de ações	50.000	50.000
Lucro líquido por ação no final do semestre - R\$	920,09	852,28

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)

	2016	2015
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	45.570	42.854
Lucro líquido do semestre	46.004	42.614
Ajuste ao lucro líquido:	(434)	240
Ativo fiscal diferido	415	1.075
Atualização de depósitos judiciais	(896)	(877)
Depreciações	47	42
Variação de ativos e obrigações	(45.557)	(42.771)
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	96.212	430.400
(Aumento)/Redução em outros créditos	(286)	1.083
Aumento em outros valores e bens	(25)	(4)
Redução em outras obrigações	(83.290)	(428.049)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(58.168)	(46.201)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	13	83
Atividades de investimento		
Aquisição de outros imobilizados de uso	-	(52)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-	(52)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	13	31
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	189	336
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	202	367
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	13	31

do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída, quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. **11. Benefícios: (a) Fundo de pensão:** A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais, sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016, a Distribuidora contribuiu com R\$ 130 (2015 - R\$ 160) para o Fundo. **(b) Unidades de ações restritas:** Os funcionários elegíveis da Distribuidora participam do programa global de remuneração de longo prazo, através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações dá-se em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque – NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	Quantidade de ações	Valor em milhares de Dólares (USD)	2016
Ações em circulação em 31/12/2015	1.328	73	73
Ações outorgadas durante o semestre (<i>granted</i>)	653	37	37
Ações entregues no semestre (<i>vested</i>)	(1.251)	(67)	(67)
Ações em circulação em 30/06/2016	730	43	43

	Quantidade de ações	Valor em milhares de Dólares (USD)	2015
Ações em circulação em 31/12/2014	2.619	122	122
Ações outorgadas durante o semestre (<i>granted</i>)	703	39	39
Ações entregues no semestre (<i>vested</i>)	(1.994)	(88)	(88)
Ações em circulação em 30/06/2015	1.328	73	73

Não houve repagamentos à matriz durante o primeiro semestre de 2016 e 2015. O valor da obrigação de repagamento registrada no passivo em 30 de junho de 2016, incluindo encargos sociais, é de R\$ 633 (2015 – R\$ 669). Em virtude desse programa a despesa registrada no exercício é de R\$ 119 (2015 – R\$ 283), incluindo os encargos sociais. **12. Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan):** As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. A Distribuidora é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro JP Morgan. As demais entidades são empresas coligadas.

	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades	202	-	367	-
Banco J.P. Morgan S.A.	202	-	367	-
Negociação e intermediação de valores	(404.226)	-	(368.961)	-
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch	(404.226)	-	(368.961)	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	797.061	78.833	661.514	64.258
Banco J.P. Morgan S.A.	797.061	78.833	661.514	64.258
Despesas administrativas	(637)	(1.355)	-	-
Banco J.P. Morgan S.A.	(637)	(1.355)	-	-
Despesas de pessoal	(518)	(38)	(489)	(159)
JPMorgan Chase & CO	(518)	(38)	(489)	(159)
Rendas de prestação de serviços	3.323	20.112	3.081	17.639
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch				